

SINODALIZANDO NA PARÓQUIA

PE. AMARO GONÇALO

X SIMPÓSIO DO CLERO | MESA REDONDA | 31.08.2022

Introdução

"*Sinodalidade*" – dizem – é a palavra da moda, no nosso *eclesialês* escrito e falado. O novo chavão repete-se quase até à exaustão e alguns dirão que há de passar de moda, como passaram outros conhecidos e repetidos da nossa gíria pastoral. Oxalá esta *sinodalidade* não se torne mais uma *moda pastoral*, mas um modo de ser e de edificar a Igreja e de a Igreja se edificar. E não será certamente pela repetição deste novo chavão «sinodal» que lá iremos, pois não raras vezes a repetição nominal é diretamente proporcional a uma prática pastoral precisamente oposta.

Será realmente por uma verdadeira conversão mental, pessoal, eclesial e pastoral, a um novo estilo e a um modo novo de ser e de agir em Igreja que cresceremos como Igreja de comunhão, de participação e de missão. Mas tal não é fácil de aprender, quer para leigos, quer para padres, e talvez ainda nos seja mais difícil a nós, ministros ordenados, porque tal conversão nos obriga a desaprender, a desconstruir imagens e representações, ideias feitas e formas de agir, em que a nosso «*poder sacerdotal*» nos dava a autoridade e a sabedoria da primeira e da última, quando não da única palavra a dizer e a fazer.

Precisamos de encontrar hoje esta forma eclesial e conciliar de pensar, de discernir, de decidir e de agir, de modo a caminharmos todos juntos, e não apenas mais à frente ou mais atrás, mais à esquerda ou mais à direita, em função do impulso mais ou menos conservador, mais ou menos criativo ou reativo, mais ou menos individualista ou participativo de cada um dos agentes pastorais.

Vou partilhar convosco algumas formas de *sinodalizar* em contexto paroquial. É apenas uma experiência partilhada convosco; não é uma referência ideal ou idealizada. É uma partilha pessoal e pastoral, que me atrevo humildemente a fazer convosco. Não contem com uma apresentação teórica, concetual, doutrinal, por exemplo, sobre o estilo de governo ou de liderança pastoral em chave sinodal, que é objeto da tese do nosso Pe. Sérgio Leal (e de que nos deixa interessantes indicações no seu livro "*O caminho sinodal com o Papa Francisco*" – cf. pp. 127-134). É simplesmente, na condição de "*vosso irmão e companheiro na perseguição, no Reino e na constância*" (Ap 1,9), que me coloco nesta conversa convosco e diante de vós.

1. A escuta ativa

Uma Igreja sinodal é uma Igreja da escuta, ciente de que escutar «é mais do que ouvir». Ouvir não pode ser uma espécie de expediente a cumprir, uma formalidade canónica a observar. Trata-se, sim, de uma escuta ativa, atenta, recíproca, onde cada um tem algo a aprender, escutando com humildade e falando com parrésia, em que cada um se dispõe ativa e humildemente à escuta dos outros e em que todos se colocam juntos à escuta do Espírito Santo, o «Espírito da verdade» (Jo 14, 17), para conhecerem juntos aquilo que o Espírito Santo diz a cada Igreja e às Igrejas» (Ap 2, 7.11.17;3,6.13.22.29) no seu conjunto.

Precisamos de aprender a escutar os outros ativamente, interessadamente, sem interrupções nem pressas, com tempo e paciência, para assim dialogarmos verdadeiramente e fazermos do diálogo pastoral não um duelo mas um dueto, não um monólogo mas um duólogo, convictos de que o Espírito Santo capacita os outros, para que nos ensinem algo através dos seus sofrimentos, sonhos e esperanças.

Assim, na vida paroquial, escutamos, refletimos, discutimos em grupo(s), manifestamos as nossas opiniões, expectativas, sonhos, ideias... Sim, mas, sobretudo, devemos prestar atenção àquilo que o Espírito Santo tem a dizer-nos, a dizer a cada um dizendo a todos, a dizer a todos dizendo a cada um. Desconfiemos sempre que o Espírito Santo só o tenha dito a mim!

Não nos reunimos, então, por exemplo, em sede de Conselho Paroquial de Pastoral, ou num encontro de reflexão, ou numa reunião de grupos, para defender uma “agenda”, uma bandeira, uma facção, um projeto individual, como se os representantes dos mesmos grupos fossem deputados de um parlamento, onde se trava a batalha política, em que, para governar, um grupo tem de vencer outro.

O objetivo da escuta na Igreja e da Igreja não é o de chegar a um acordo por meio de uma competição entre posições opostas, mas o de caminharmos juntos, a fim de encontrarmos a vontade de Deus, deixando que as diferenças pouco a pouco se harmonizem. Assim, se queremos encontrar o caminho, precisamos de nos escutar mutuamente, livres de ideologias e de agendas predeterminadas. E isto - bem o sabemos - nem sempre é fácil, mesmo numa paróquia, onde, por vezes, alguns se «agrupam» ou alinham ou alistam como grupos de «pressão», para poderem marcar o seu território e espetar a sua bandeira!

O mais importante é aproximarmo-nos uns dos outros com respeito e confiança, acreditar na nossa unidade partilhada e receber a novidade que o Espírito quer revelar-nos, mesmo se, por fim, nos

damos conta que a nossa ideia não era, de facto, como estávamos tão convencidos, aquela que o Espírito Santo queria inspirar-nos.

Trata-se de uma escuta do Espírito, que não deve ser medida pelo número de votos ou de mãos levantadas. A escuta atenta e partilhada é um elemento fundamental no processo de discernimento. Uma sinodalidade de tipo parlamentar seria uma sinodalidade para lamentar.

2. A escuta orante

Penso que um dos aspetos que pouco valorizámos neste exercício de escuta e consulta a que fomos chamados, na fase diocesana do processo sinodal, é o da escuta orante, através da leitura orante da Palavra de Deus, como meio e espaço vital da manifestação do Espírito à Igreja.

Por isso, propusemos na nossa Paróquia e realizámos, até agora, **5 encontros sinodais, em jeito de lectio divina, partindo da leitura orante das Sete Cartas do Apocalipse**. Sugeri estas Sete Cartas às Sete Igrejas da Ásia Menor no livro do Apocalipse, porque ali está a revelação de Cristo à Igreja, a cada Igreja e a todas as Igrejas, com um exame rigoroso ao estado espiritual e pastoral de cada Igreja, de cada cristão, onde não faltam elogios, censuras, advertências e promessas. Cada uma das Cartas termina com as palavras: “Aquele que tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às igrejas” (Ap 2,7.11.17;3,6.13.22.29). Na verdade, o Espírito dirige sempre a sua mensagem (Ele fala – “*legei*” – presente contínuo) às Igrejas em geral (“*tais ekklesiais*”) e não só à Igreja local, a quem é dirigida a respetiva Carta.

Em pleno processo sinodal, a leitura e meditação destas Cartas, no «aqui» e «agora» das nossas vidas e da vida das nossas comunidades constituiu um exercício espiritual e, ao mesmo tempo, verdadeiramente sinodal. Precisamente pela leitura orante e comunitária da Palavra de Deus.

Outra forma para superar a mera “cultura democrática da liberdade de expressão” no exercício da sinodalidade foi a de realizarmos esta escuta orante, organizando **algumas caminhadas, por grupos pastorais e também, por exemplo, de grupos constituídos por catequistas e pais dos seus catequizandos e até mesmo, no caso da catequese da adolescência, entre catequistas com os seus catequizandos**.

A este respeito, lembro como foram importantes as respostas das crianças a algumas perguntas específicas, segundo o seu ano de catequese, a propósito, por exemplo da celebração da Eucaristia. Fizemo-lo no âmbito de **um encontro vicarial da Catequese da infância**. Recordo ainda o envolvimento dos pais no discernimento quanto à oportunidade e tempos para a celebração da

Festa da Primeira comunhão. Juntos, pais, catequistas e párocos, em 11 encontros via zoom, fomos percebendo que o “mesmo fato” não serve a todos. Começamos a aprender a fazer um exercício de discernimento espiritual e pastoral, de modo que as pessoas percebem que a decisão do pároco não é solitária ou arbitrária.

O guião, previamente preparado para as referidas caminhadas sinodais, com leituras bíblicas, perguntas para diálogo, sugestões de orações e cânticos, permitiu aos grupos não se precipitarem na maledicência, no derrotismo, no pessimismo, na crítica fácil, mas de ler a sua vida pessoal e a da sua comunidade à luz do Evangelho. E assim se comprometer com ela.

É verdade que, normalmente, quando falam de Igreja, falam daquela realidade «paroquial» que conhecem mais de perto. E às vezes falam da Igreja na terceira pessoa. Mas também é verdade que essa Igreja que conhecem de perto é bem diversa daquela de que ouvem falar na comunicação social ou veem maltratada nas redes sociais. Reparo, muitas vezes, que apesar da «intoxicação» mediática, aqueles que experienciam a vida da Igreja, *in loco, ad intra*, têm uma experiência e uma percepção bem diferentes das imagens refletidas e na praça pública.

Mas insisto, pois, neste espaço de oração. Esse espaço de oração para a consulta, para o discernimento. **É facilitando a escuta da Palavra, que evitamos o relativismo e nos convertemos, sem cair no risco de apenas expormos ideias e gostos pessoais.**

3. As outras formas de escuta

Na verdade, podemos fazer *consultas, inquéritos, sondagens* (também os fizemos, por exemplo, nas caminhadas de advento-natal e quaresma-páscoa, com perguntas simples), podemos até criar uma *caixa-postal sinodal* para que as pessoas deixem as suas sugestões, e é importante que as pessoas se possam exprimir «sem filtros», mas, em todas estas formas, complementares, subsiste também **o risco de as pessoas** dizerem aquilo que é *lugar-comum* quando se fala da Igreja, ou então limitarem-se a “*atirar a pedra*” sem se comprometer na mudança que dizem ser necessária e que entendem ser sempre uma mudança para os outros e não para si mesmas. O acento tónico nos “*pecados, vícios e defeitos dos ministros ordenados da Igreja*” em muitas sínteses sinodais parecem fazer jus àquele dito popular de que «*os padres é que estão a dar cabo da religião*».

Parece-me, sim, que é muito importante ouvirmos a «opinião pública» e «publicada», estarmos atentos à voz do povo, escutarmos a opinião dos que não querem nada com a Igreja, mas que muitas vezes sabem bem (e até melhor do que nós) o que a Igreja é chamada a ser ... (e por esses o Espírito Santo também fala – também falou pela burra de Balaão!) mas é decisivo nesta prática

eclesial da sinodalidade oferecer às pessoas um contexto sereno de escuta, de reflexão e aprofundamento dos temas, para as converter e envolver neste modo sinodal de ser e de edificar a Igreja.

Para se ter opinião, em Igreja, para se dar um contributo pessoal na sua edificação, também é preciso conhecer com profundidade os assuntos em discussão. Por isso, se queremos ouvir os leigos é fundamental dar-lhes instrumentos e critérios teológicos e pastorais para a leitura, discernimento e ação pastoral, à luz do Evangelho e da Tradição, numa fidelidade criativa ao sopro do Espírito Santo na Igreja¹.

4. A escuta institucionalizada

É muito importante criar práticas de escuta, de diálogo, de programação e avaliação pastorais. Mas este exercício da sinodalidade tem as suas estruturas funcionais fundamentais na Paróquia, tais como o Conselho Paroquial (ou inter-Paroquial) de Pastoral (CPP) e o Conselho para os Assuntos Económicos (CAE).

Sobretudo, durante a pandemia, em que novas situações pediam sempre novas respostas, reunimos, com mais frequência o Conselho Paroquial de Pastoral. Chegámos a reunir duas vezes por mês, para encontrarmos caminho(s), para respondermos e correspondermos às orientações que vinham da CEP, do Bispo Diocesano e aplicá-las, com discernimento, ao nosso contexto pastoral.

Foi um tempo de intensificação desta prática de escuta ativa e participativa no âmbito do CPP. Muitas vezes, começávamos as reuniões plenárias, via zoom, cada um com a sua ideia, ou a maioria com uma ideia dominante, ou com uma proposta quase consensual à partida, mas, pouco a pouco, na escuta recíproca, íamos refazendo as nossas opiniões e encontrando um outro caminho novo, sugerido pelo Espírito. O testemunho das pessoas e a partilha das suas experiências faziam-nos perceber melhor o caminho a seguir.

Chegámos a convidar para o Conselho Pastoral uma ou outra pessoa (da área da Saúde, representantes dos pais com filhos na catequese, um ex-padre ativo na comunidade) para alargar a nossa visão pastoral. Curiosamente, os mais jovens eram os mais criativos nas propostas e os

¹ *Instrumento de análise da prática pastoral: exame prático à nossa pastoral para ir pouco mais longe*, in DIOCESE DO PORTO, *Plano Diocesano de Pastoral 2016/2017 – Com Maria, renovai-vos nas fontes da alegria*, Porto 2016, pp.73-81.

mais reativos ao «mais do mesmo», quando tudo estava claramente a mudar. A este respeito, lembramos quanto é preciso dar aos jovens o seu justo lugar, também neste âmbito do CPP.

Veja-se a insistência com que São João Paulo II na *Christifideles laici* na valorização destes Conselhos (CL 27c), sublinhada nas proposições dos Padres Sinodais (Proposição 10). E é impressionante e sintomático vermos que, em algumas paróquias, com párocos ainda muito jovens, a primeira coisa que estes fizeram foi ignorar ou simplesmente desmantelar o CPP ou desacreditar a sua relevância pastoral.

Faço notar que, no nosso caso, todas as formas de escuta e de consulta sinodais partiram do CPP e chegaram ao CPP, que elaborou uma Síntese final para responder à Comissão Sinodal Diocesana. Mas depois, a Comissão Permanente do CPP redigiu um conjunto de 20 propostas pastorais, com reflexos diretos na vida paroquial e que servem agora de instrumento de trabalho ao nosso Plano Pastoral Paroquial, em sintonia com o PDP, para 2022-2023.

A nível paroquial – deixo esta sugestão – é importante não só ouvir os membros do CPP e do CAE, não só os «de casa», os servidores da comunidade, que às vezes se sentem «os donos disto tudo», mas também encontrar tempos e espaços para a escuta de outras pessoas, fora do adro e para além dele, que nos ofereçam leituras, perspetivas e propostas fora da «caixa paroquial».

5. Superar a distinção entre consulta e deliberação

O Conselho para os Assuntos Económicos também reuniu mais vezes nos últimos tempos. E também os seus membros se pronunciaram inclusivamente sobre o modo como veem a sua missão na paróquia. Seria necessário, segundo o entendimento de muitos, superar a norma canónica que recomenda o Conselho Paroquial de Pastoral (cân. 536) e apenas torna obrigatório Conselho para os Assuntos Económicos. Aliás, fê-lo o segundo Sínodo Diocesano de Roma em 1993².

Da reflexão produzida por este Conselho (CAE), ficou a ideia de que talvez devamos, como defende Alphonse Bourras³, superar a distinção entre “consulta” e “deliberação”, para falar de “*elaboração da decisão*” (law-making) e de “*tomada da decisão propriamente dita*” (law-taking), em comunhão eclesial e em fidelidade evangélica. Talvez isto possa ajudar a ultrapassar também uma certa lassidão ou “fadiga democrática global” que afeta a vida da Igreja, tornando os diversos Conselhos pouco motivados na sua missão.

² *Ibidem*, n.º 84

³ ALPHONSE BORRAS, *Communion ecclésiale et synodalité. Comprendre la synodalité selon le Pape François*, Cahiers de la Nouvelle Revue Théologique, CLD Editions, Paris 2018, 9; 62-68.

Em Igreja, a consulta não significa simplesmente tomar conselho de alguém, mas alcançar o conselho juntos. O Conselho não decide, mas elabora uma decisão em união com os seus pastores, *in persona ecclesiae*, aos quais o ministério do discernimento e da autentificação atribui a responsabilidade *in persona Christi*.

Ainda temos de fazer caminho, na vida das paróquias (e das dioceses) para que as decisões não apareçam como afirmação do poder sacerdotal do padre ou do Bispo, mas como resultado de um caminho percorrido juntos.

O carisma de discernimento do Bispo ou do Padre, que tem o ministério da síntese e não a síntese dos ministérios, não pode desenvolver-se fazendo da escuta um mero expediente formal. Os leigos não nos perdoam essa traição.

Conclusão

Praticar a sinodalidade é, no fundo, estar cada um à escuta dos outros e todos à escuta do Espírito Santo, para chegarmos a conhecer aquilo que o Espírito Santo “diz às Igrejas” (Ap 2, 7). E agir depois em consequência. Então, deixemos algumas indicações operativas:

1. Valorizemos o carisma da escuta, *a pastoral do ouvido*. Uma Igreja de discípulos sabe escutar a todos, a começar pelos mais novos. Se todos somos discípulos, o Padre, o Bispo, o Papa também o é (cf. *EC*, n.º 5). Por isso, cada de nós que aqui está é um aprendiz do caminho, alguém que deve saber ouvir, sem se cansar de escutar. Preocupemo-nos mais com a arte da escutatória do que com a arte da oratória.
2. Criemos mais hábitos e mais espaços de escuta e leitura atenta da realidade, de discernimento dos caminhos de evangelização, de avaliação em ordem à renovação pastoral, pois esta conversão processa-se pelo próprio agir pastoral.
3. Não fechemos o dossier «sínodo», como se já tivéssemos dado o contributo para um evento, mas exercitemos a sinodalidade, promovendo formas de escuta, de participação, de envolvimento mais intensas.
4. O que diz respeito a todos deve ser discutido e aprovado por todos, de acordo com um princípio do direito romano caro à Igreja do primeiro milénio: «*Quod omnes tangit ab omnibus tractari debet*» (que o Papa evocou no Discurso da comemoração dos 50 anos da instituição do Sínodo

dos Bispos, 17.10.2015) e no documento sobre a sinodalidade da Comissão Teológica Internacional (n.º 65). O desenvolvimento e agilização das estruturas de corresponsabilidade pastoral (CPP e CAE) são fundamentais para esta “*conversão à sinodalidade*” e antídoto contra o clericalismo e a clericalização dos leigos. Promovamos estes órgãos de comunhão e de corresponsabilidade pastoral, na missão, sem os quais falar de sinodalidade é mera retórica pastoral.

4. Continuemos, pois, a caminhar, uma vez que o caminho se faz caminhando juntos. Estamos ainda no princípio da descoberta e da assunção desta sinodalidade, como o caminho que Deus quer para a Igreja no terceiro milénio (Papa Francisco). Não percamos o ânimo. Valem mais os pequenos passos e os processos lentos que se desencadeiam do que os resultados imediatos que se obtêm. “*Este é um processo paciente, que não é fácil no nosso mundo impaciente. Discernir em tempo de conflitos, por vezes, requer que acampemos juntos, aguardando que o céu desanuvie*”⁴. Queira Deus que sim. Deixemos então que o Espírito fale. Deixemos que Ele faça, refaça e desfaça, o que entender, como entender. Sejamos tecedores de redes de comunhão, participação e missão, com esta certeza da fé: a Igreja não é nossa. Nós é que somos da Igreja.

Pe. Amaro Gonçalves

Fátima, 31 de agosto de 2022

⁴ PAPA FRANCISCO, *Sonhemos juntos. O caminho para um futuro melhor*, Ed. Planeta, Lisboa 2020, 103.